



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.	Nº: 0301/05	DATA: 06/04/ 2005
INÍCIO: 10h21min	TÉRMINO: 12h57min	DURAÇÃO: 02h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h36min	PÁGINAS: 45	QUARTOS: 32

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI - Presidente da Agência Espacial Brasileira — AEB.  
SÉRGIO PEDRO BAMBINI - Diretor do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento do Comando da Aeronáutica.  
MARIA TERESA MESQUITA PESSOA - Chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, do Ministério das Relações Exteriores.  
YURI BOGAIEVSKY - Embaixador da Ucrânia no Brasil.  
LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO - Diretor da Agência Nacional da Aviação Civil.  
ALEXANDER SERDYUK - Diretor Internacional da Agência Espacial Nacional da Ucrânia.

**SUMÁRIO:** Situação e rumos da cooperação Brasil — Ucrânia na área espacial. Aprovação de moção de apoio à libertação do engenheiro João José de Vasconcelos Júnior, seqüestrado no Iraque em 19 de janeiro do corrente ano.

**OBSERVAÇÕES**

Houve exposição em ucraniano com e sem tradução simultânea.  
Há orador não identificado.  
Há termos ininteligíveis.  
Após o encerramento da audiência pública, realizou-se reunião extraordinária.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Está aberta a presente reunião de audiência pública com as seguintes presenças: Presidente da Agência Espacial Brasileira, Dr. Sérgio Maurício Brito Gaudenzi; Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Sérgio Pedro Bambini; Diretor do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento do Comando da Aeronáutica; Conselheira Maria Teresa Mesquita Pessoa, Chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, do Ministério das Relações Exteriores; Diretor da INFRAERO, nosso ex-colega e amigo Deputado Leur Lomanto.

Gostaria ainda de registrar as presenças honrosas do Sr. Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Ucrânia, Yuri Bogaievsky, e do Diretor da Agência Espacial da Ucrânia, que veio especialmente para esta reunião, Sr. Olexander Serdiuk.

Registro a presença, neste plenário, do Dr. Eduardo Ballarin, Diretor da INFRAERO, que nos honra com sua presença.

Gostaria de dizer aos presentes que a Cooperação Espacial Brasil-Ucrânia está solidamente embasada em 3 instrumentos jurídicos, já aprovados pelo Congresso Nacional. O primeiro deles, o acordo quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre a cooperação pacífica nos usos pacíficos do espaço exterior, firmado em 18 de novembro de 1999, que estabeleceu as bases jurídicas e as normas gerais para o desenvolvimento da cooperação bilateral no campo espacial.

Posteriormente, em 16 de janeiro de 2002, foi celebrado o segundo instrumento, intitulado Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da Ucrânia sobre Salvaguardas Tecnológicas, relacionadas à participação da Ucrânia em lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, a qual consolidou as regras relativas à proteção de tecnologias sensíveis de origem ucraniana.

Por último, o tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo, na utilização do veículo de lançamento Cyclone IV, no Centro de Lançamento de Alcântara, celebrado em Brasília, no dia 21 de outubro de 2003, que se constituiu, portanto, no terceiro ato bilateral entre os nossos países. Destinado, portanto, a expandir e consolidar a cooperação no âmbito espacial.

[P1] Comentário:

Supervisor.:Neusinha

[P2] Comentário: Sessão:0301/05

Quarto:1 Taq.:Paulo Rev.:



A cooperação entre o Brasil e a Ucrânia no campo espacial tem sido essencialmente motivada pela possibilidade de participação de empresas ucranianas em consórcios para lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, utilizando os lançadores do Cyclone IV, o que nos permitirá participar do mercado de lançamento de satélites e, pela vontade dos ucranianos, de disponibilizar à parte brasileira tecnologias significativas no campo aeroespacial, o que nos permitiria, também, desenvolver um programa espacial relativamente autônomo e pelo domínio de todo o ciclo tecnológico de lançamentos.

Gostaria, também, nesta oportunidade, em nome do povo brasileiro, de apresentar os sentimentos pelo falecimento de uma cidadã ucraniana durante os funerais do Papa João Paulo II.

Neste momento, lembro aos participantes que o tempo de exposição é de 20 minutos, prorrogáveis a juízo desta Presidência, não podendo os expositores serem aparteados.

Dando início aos trabalhos, concedo a palavra ao ilustre Presidente da Agência Espacial Brasileira, Dr. Sérgio Maurício Brito Gaudenzi.

**O SR. SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI** - Sr. Presidente, Deputado Aroldo Cedraz, Srs. Deputados, autoridades presentes, Sr. Embaixador da Ucrânia, minhas senhoras e meus senhores, desejo, inicialmente, dizer da minha enorme alegria de retornar a esta Casa, alegria ainda maior porque, também, fui, quando exercia o mandato de Deputado, membro desta Comissão de Relações Exteriores. Alegra-me também vê-la, hoje, presidida por um companheiro que participou comigo de um Governo, Deputado Aroldo Cedraz. De modo que, para mim, é uma alegria enorme retornar hoje a esta Casa do povo.

Na verdade, não farei uma exposição. Gostaria de trocar algumas idéias com os senhores a respeito desse tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia e que tem, diria, como seu objetivo básico e fundamental o lançamento, a partir de Alcântara, de satélites, utilizando um foguete ucraniano.

Esse tratado foi assinado, referendado, com deveria ser, pelo Congresso Nacional. Estamos experimentando algumas dificuldades momentâneas na sua implementação. Dificuldades que são inerentes a todos os países, que atravessam



momentos de alguma turbulência política, de alteração de Ministérios, mas com as quais estamos acostumados a conviver perfeitamente.

O acordo, no entendimento da Agência Espacial Brasileira — e estou muito a vontade para dizer isso porque não fui o Presidente na ocasião do acordo, eu o sucedi —, é muito importante. Diria mesmo que ele é prioritário para o nosso País. Nesse sentido, a Agência vem desenvolvendo os esforços para a sua implementação.

Hoje, necessitamos da aprovação da empresa brasileira que vai participar da *joint venture*, dessa empresa binacional que será formada, já constituída. Quando tramitou nesta Casa o acordo, já estava incluída a criação da empresa, mas ela precisa ser efetivamente implementada. Necessitamos apenas da indicação formal da empresa brasileira que vai compor essa *joint venture*. Na verdade, há outras ações que poderiam ser feitas e estão sendo realizadas em relação ao projeto.

Para que se faça um lançamento a partir de Alcântara, precisamos realizar algumas obras. Para isso, é necessário investimento, já programado para este ano, com recursos orçamentários, a fim de proximamente dar curso à licitação para essas obras. Tais obras são de natureza não só civil, como também de sistemas. Portanto, com todos os cuidados que devem ter as obras necessárias a uma área de lançamento, como será ou é a área de Alcântara.

Por outro lado, a não-criação, ainda, formal da *joint venture* nos dá algum atraso na formulação de algumas tarefas. Quem assume efetivamente o comando do sítio da binacional é a empresa a ser criada. Ela é que vai fazer os trabalhos dentro do seu sítio, construir as suas áreas, seus laboratórios e utilizar a infraestrutura geral do centro de Alcântara.

Esse atraso deve-se a diversos fatores. Como eu disse, sabemos que na área política as coisas nem sempre correm com a rapidez que imaginamos. Elas têm, muitas vezes, alguns momentos de parada, até para reflexão absolutamente necessária. Mas, de qualquer forma, essa empresa sendo constituída — e acredito que o será muito proximamente, já há um pré-estatuto da empresa pronto — e aprovada pela direção dessa Binacional, terá que retornar ao Congresso Nacional, porque prevê uma série de componentes divergentes do nosso sistema institucional. Por exemplo, no que diz respeito a licitações, a tratamento de Imposto de Renda, a



contratações, ela trabalhará de forma diferente, como trabalha, por exemplo, a Itaipu. Para que isso ocorra, é preciso que o Congresso Nacional aprove. Então, uma vez constituída a *joint venture*, o passo seguinte será o retorno ao Congresso Nacional do estatuto da empresa para que o Congresso Nacional o aprecie. É claro que isso demanda algum tempo. Se tivéssemos feito o estatuto acompanhado do acordo, nós já o teríamos aprovado. Mas, isso não foi feito. Então, terá que ser feito agora para cumprir formalidade e determinação legal.

Outros aspectos foram também levados em consideração e já há avanços onde esses podiam acontecer. Por exemplo, já temos hoje um regulamento de segurança para lançamentos aprovado no Conselho Superior da Agência. Foi um trabalho exaustivo que já está pronto e aprovado. Ele também era necessário para que se pudesse fazer qualquer operação de lançamento em Alcântara. Já há hoje esse regulamento. Também já há a solicitação, junto ao IBAMA, da licença para o porto, que também é uma obra indispensável à chegada do ciclone, porque ele virá por mar e terá que desembarcar em Alcântara e precisa do porto. Esse também é um ponto que já está equacionado. Houve uma pendência jurídica na licitação, já resolvida, equacionada, e agora há apenas a necessidade da licença prévia para que se possam começar os trabalhos do porto. É outro dado indispensável ao projeto, que já está sendo feito.

Recebemos também algumas solicitações sobre o código de obras. Já providenciamos alguns dados que seriam necessários à *joint venture*, para que ela começasse a articular a sua área dentro do seu sítio em Alcântara. É preciso que se diga exatamente o que se faz com esse convênio. Dentro da área de Alcântara, haverá um sítio que será locado a essa empresa, a qual irá trabalhar dentro dele. Os lançamentos serão realizados, a pedido da empresa, pelo comando geral de controle da área. O comando é nosso, operado pela Aeronáutica.

Já foi feito o que podia para avançar nessas áreas. Já chegamos a um ponto, diria, em que hoje o elemento fundamental para dar seguimento com mais rapidez ao processo, que é a constituição efetiva da *joint venture*, a designação da empresa nacional que vai compô-la, já foi providenciado. A indicação que temos é da INFRAERO, que, informalmente, tem participado. Ainda que não tenha sido designada por um ato formal da Presidência da República, a INFRAERO tem



participado desde o início dos trabalhos. **Esse** estatuto foi feito em conjunto com alguns profissionais cedidos pela INFRAERO, outros da Agência e da Ucrânia. Ambos trabalharam nisso. Então, o estatuto foi trabalhado de forma ainda não oficial, porque só passará a sê-lo depois que a *joint* se instalar, aprovar o estatuto e o Congresso Nacional também aprová-lo. Aí, sim, o estatuto será de fato o elemento ordenador dessa *joint venture*. Eu diria que os passos estão sendo dados provavelmente não na velocidade que gostaríamos. Todos sabemos que temos dificuldades, desde orçamentárias financeiras, até mesmo na coordenação de um projeto dessa natureza, que envolve inúmeros agentes e que ultrapassa as nossas fronteiras, envolve 2 países. Então, foi feito o que poderia ser até este momento.

Recentemente, levantou-se questão sobre o combustível utilizado no Cyclone. Temos a convicção, por trabalhos que da Agência, apresentados inclusive ao seu Conselho Superior, que dão conta de que não haverá dificuldade com o combustível porque ele é largamente utilizado inclusive em todo o mundo, até por nós, o Brasil. Evidentemente, quando se trabalha com qualquer combustível, deve-se ter os elementos de segurança indispensáveis para trabalhar. Eu diria até, à luz do especialista que fez o relatório e que apresenta a possibilidade de acidentes com todos os combustíveis, que começa inclusive pela água, mostrando que tudo deve ser feito a partir de normas muito estritas de segurança — e sobre isso ele teve a oportunidade de dizer ao Conselho Superior da Agência —, que o documento recebido da Ucrânia sobre a parte de segurança no manuseio do combustível é primoroso. Essas foram as palavras do Comandante Demétrio, que fez o relatório sobre o combustível. É claro que sabemos que um avião sobrevoando uma cidade oferece riscos. Enfim, os riscos são inerentes a qualquer atividade humana inclusive no campo técnico.

Temos um regulamento de segurança e todo um manual a ser seguido para o manuseio desse combustível. Faço essa ressalva porque surgiu ultimamente na imprensa dúvida quanto ao combustível, então, é preciso que se esclareça o que estamos fazendo. O Conselho Superior da Agência já tem esse esclarecimento prestado, quando da última reunião, numa exposição que lá foi feita, por um dos nossos maiores especialistas na área.

[P3] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:4 Taq.:Eva Rev.:



Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir essa introdução ao assunto, eu diria que a Agência Espacial, representando o Ministério da Ciência e Tecnologia, que coordena o Programa Espacial, tem a clara convicção de que esse acordo com a Ucrânia e o projeto Cyclone constituem-se num elemento fundamental para o Programa Espacial Brasileiro.

Temos necessidade de levar adiante esse acordo, de cumprir alguns passos, porque não podemos, em nenhuma hipótese, ultrapassar aquilo que determina a lei. Cumpridos esses passos, o trabalho de cooperação será muito frutuoso e teremos muito a ganhar com os lançamentos que se farão a partir de Alcântara nesse sítio e em outros que venham a se instalar.

Acredito, Presidente Aroldo Cedraz, que para o momento era o que eu poderia dizer para introduzir o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Agradeço a brilhante exposição ao Eminentíssimo Presidente da Agência Espacial Brasileira, ex-Deputado Federal, que muito conhece a todos nós nesta Casa, o nosso amigo, Dr. Sérgio Maurício Brito Gaudenzi.

Concedo a palavra ao Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Dr. Sérgio Pedro Bambini, Diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento do Comando da Aeronáutica.

Com a palavra o Sr. Brigadeiro.

**O SR. SÉRGIO PEDRO BAMBINI** - Muito obrigado. Bom-dia a todos, é uma honra estar aqui. Sou Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento da Aeronáutica, que é um dos elos do Sistema Nacional de Atividades Espaciais.

Dentro da política nacional de atividades espaciais, temos o Programa Nacional de Atividades Espaciais. Para gerir esse programa, foi constituído nos anos 1994, 1995, o Sistema Nacional de Atividades Espaciais, de apenas um órgão central e dois elos.

O órgão central desse sistema é a Agência Espacial Brasileira, que detém a competência de gerir o Programa Espacial Brasileiro. Como elos, temos o INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e o Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento. Isso, dentro do grande sonho brasileiro de ter a missão espacial



completa, que vem crescendo, vem se desenvolvendo desde o início dos anos 80, o sonho de colocar um satélite nacional em órbita, conduzido por um foguete brasileiro, lançado de um centro de lançamento também brasileiro.

Dentro das atribuições oferecidas e as responsabilidades, ao INPE caberá e cabe toda a parte referente ao desenvolvimento e à construção do satélite; ao comando da Aeronáutica, por meio do Departamento de Pesquisas e de Desenvolvimento, compete a construção do veículo lançador e o desenvolvimento dos centros espaciais, dos centros de lançamentos. Temos o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno e o Centro de Lançamento de Alcântara, ambos subordinados ao Departamento que conduz.

Desde o início das atividades com a Ucrânia, dos anos 90, quando aquele país ofereceu uma possibilidade de desenvolvimento na parte comercial do foguete Cyclone IV, o Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento acompanha, sempre sob a batuta, sob a coordenação da Agência Espacial Brasileira.

Como eu disse, somos um elo do sistema, responsáveis, sim, dentro do Programa Nacional, da construção do nosso lançador e da manutenção, desenvolvimento e gerência dos centros de lançamento.

Dentro desse enfoque, estou à disposição dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Agradeço ao Sr. Brigadeiro do Ar Sérgio Pedro Bambini pela sua competente exposição.

Passo a palavra à Conselheira Maria Teresa Mesquita Pessoa, Chefe da Divisão do Mar da Antártida e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores.

**A SRA. MARIA TERESA MESQUITA PESSOA** - Obrigada, Sr. Presidente.

Pretendo fazer aqui apenas uma observação geral sobre a forma como se situa a cooperação com a Ucrânia no âmbito das cooperações internacionais no setor espacial e uma medida também do empenho do Itamaraty no cumprimento das obrigações internacionais assumidas no âmbito dos acordos assinados com a Ucrânia e aqueles já aprovados pelo Congresso Nacional.

A cooperação espacial com a Ucrânia é, à exceção daquela em vigor com a China, desde 1988, a que se encontra em estágio mais avançado de implementação.





O tratado entre os Governos do Brasil e da Ucrânia para o lançamento do veículo Cyclone IV, a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, de 21 de outubro de 2003 e em vigor desde 22 de setembro de 2004, define as condições da cooperação bilateral no que se refere ao desenvolvimento do sítio do Cyclone IV no Centro de Lançamento de Alcântara e ao fornecimento de serviços de lançamento no quadro dos programas espaciais dos dois países, inclusive para fins comerciais.

Pelo tratado, os dois lados comprometem-se a testar e implementar o sistema de lançamento espacial do Cyclone IV até 30 de dezembro de 2006. Para esse fim, prevê-se no tratado a criação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space, encarregada do desenvolvimento da operação do sítio de lançamento do Cyclone IV em Alcântara.

A definição tempestiva sobre a participação da INFRAERO como parceira brasileira no estabelecimento do Alcântara Cyclone Space é, entre outros trâmites, essencial para cumprir as obrigações dos dois países no tratado.

Autoridades ucranianas têm reiterado em diversos níveis crescentes preocupações com os atrasos na implementação da cooperação espacial pelo lado brasileiro. Em carta ao Ministro da Ciência e Tecnologia, em 17 de fevereiro de 2005, o Diretor-Geral da Agência Espacial Nacional da Ucrânia enumera ações que requereriam atenção urgente e sugere sua implementação conjunta a partir de 1º de março de 2005, de modo a viabilizar o cronograma estabelecido no tratado.

A Primeira Ministra da Ucrânia, Yulia Timoshenko, encaminhou, em 15 de fevereiro, carta ao Sr. Vice-Presidente da República e ao Ministro da Defesa, em que reafirma o interesse ucraniano na cooperação espacial com o Brasil. Opina que a cooperação bilateral proporcionará ao Brasil o acesso à tecnologia para o desenvolvimento dos equipamentos espaciais e lançadores. Informa que o lado ucraniano tomou as providências necessárias ao estabelecimento da empresa binacional e ao desenvolvimento das ações acordadas. Adverte que o atraso na criação do Alcântara Cyclone Space e nas obras do sítio destinado à *joint venture* comprometem o cumprimento das obrigações entre os 2 países. Alega que caso não sejam tomadas medidas urgentes pelo Governo brasileiro, a Ucrânia poderá vir a sofrer fortes prejuízos financeiros em decorrência dos empréstimos já contraídos no mercado internacional por aquele País para a cooperação com o Brasil. Solicita a



atenção do lado brasileiro para a solução das questões que têm retardado a execução da cooperação espacial bilateral.

Eventuais atrasos na implementação da cooperação com a Ucrânia, em virtude de dificuldades do lado brasileiro, poderão afetar de maneira negativa outras negociações internacionais do país em curso na área espacial: a viabilização econômica do CLA, o desenvolvimento do Programa Nacional de Atividades Espaciais e a própria confiabilidade internacional do País.

Nesse contexto, a cooperação espacial com a Ucrânia pode ser percebida como precursora de atividades semelhantes que se pretende desenvolver com países como a Rússia, os Estados Unidos ou mesmo a Índia.

Ante os compromissos assumidos pelo Brasil com a Ucrânia, é recomendável que se adotem o mais breve possível as medidas necessárias à execução da cooperação bilateral, em particular o estabelecimento da Alcântara Cyclone Space, bem como que se expresse ao lado ucraniano, de maneira inequívoca, a determinação do Brasil em honrar os compromissos assumidos no âmbito dessa cooperação.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Esta Presidência agradece a competente exposição à Conselheira Maria Teresa Mesquita Pessoa e consulta o Exmo. Sr. Embaixador da Ucrânia sobre se deseja fazer uso da palavra.

**O SR. YURI BOGAEVSKY** (*Exposição em ucraniano. Tradução simultânea.*) - Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente da AEB, Sra. Conselheira do Itamaraty, demais autoridades aqui presentes, muito agradeço o convite para participar desta audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de grande importância para o projeto de cooperação binacional.

Antes desta audiência pública, o Sr. Embaixador teve a honra de conversar com o Sr. Presidente da Comissão.

Durante as atividades, que contou com a presença do Embaixador da Ucrânia aqui por 3 anos, houve encontros com as maiores autoridades do País. Em nenhuma vez, alguma autoridade brasileira expressou dúvida sobre as perspectivas do projeto entre Ucrânia e Brasil na área espacial. É projeto estratégico não somente para a Ucrânia, mas também para o Brasil.

[P5] Comentário: Supervisor.:Graça

[P6] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:7 Taq.:Leandro Rev.:



O Embaixador está convicto de que, por parte de políticos e diplomatas, foi feito o trabalho necessário para assegurar esse projeto.

Expresso também agradecimento a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional pelo apoio na aprovação dos acordos bilaterais entre os 2 países nessa área.

Agora estamos aqui para expressar a preocupação da parte ucraniana com o atraso no cumprimento dos programas acordados, no mais alto nível, para cumprimento, para realização desse projeto.

Agradeço ao Deputado André Costa pela iniciativa de realização desta audiência pública e expresso a expectativa da parte ucraniana de que esta audiência será usada como impulso para ativar o cumprimento e a realização do projeto bilateral.

Sempre tivemos o apoio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, mas agora sentimos que é preciso fazer um esforço urgente para destravar essa situação e começar a realização prática do nosso projeto.

Como diplomata, como Embaixador, queria destacar o sentido, a importância política e econômica desse projeto. Sobre outros aspectos, queria que os senhores aproveitassem a presença, a participação nesta audiência pública do Diretor-Geral da Agência Nacional Espacial da Ucrânia, Sr. Olexandr Negoda, para lhe fazer perguntas.

O Embaixador agradece, novamente, à Comissão a honra de participar desta audiência pública.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Agradeço ao Exmo. Sr. Embaixador da Ucrânia pela grande contribuição.

Neste momento, tenho a honra de passar a palavra ao eminente Diretor da Agência Nacional da Aviação Civil, Dr. Leur Lomanto.

**O SR. LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO** - Obrigado, Sr. Deputado Aroldo Cedraz, Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Sr. Presidente da Agência Espacial Brasileira, ex-Deputado Sérgio Gaudenzi, Sr. Embaixador da Ucrânia, Conselheira Maria Teresa, demais componentes da

[P7] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:8 Taq.:Leandro Rev.:



mesa, Sras. e Srs. Deputados, também é uma satisfação muito grande para mim, Presidente Aroldo, poder retornar a esta Casa do povo brasileiro, onde tive a honra de representar o povo baiano durante 28 anos, em 7 mandatos consecutivos.

É uma coincidência estar ao lado de alguns conterrâneos como V.Exa., Presidente Aroldo, que vem conduzindo com muito brilhantismo e competência esta Comissão, e como o Dr. Sergio Gaudenzi, de quem também tive a honra de ter sido colega nesta Casa, que com certeza faz muita falta à representação baiana, hoje também conduzindo com muita galhardia, experiência e determinação a Agência Espacial Brasileira.

Neste contexto, represento o Presidente Carlos Wilson Campos, que não se fez presente por participar, neste exato momento, de uma assembléia-geral na nossa empresa, a INFRAERO, com a presença do Presidente do Conselho da INFRAERO, que é Vice-Presidente da República e Ministro de Estado da Defesa, Dr. José Alencar. Ele pediu escusas ao Sr. Presidente e aos demais Srs. Deputados por não poder aqui comparecer.

A INFRAERO se sente muito honrada em participar, mesmo que informalmente, como bem destacou o Dr. Sergio Gaudenzi, das discussões desse acordo tão importante para o desenvolvimento econômico e político do País na área espacial Brasil—Ucrânia.

A INFRAERO é uma empresa pública, como os senhores sabem, responsável pela administração de todo o setor de infra-estrutura aeroportuária do País. Ela administra 66 aeroportos e, sem dúvida alguma, haverá de emprestar essa sua vasta experiência nesse setor à empresa binacional que haverá de ser implementada e constituída. A INFRAERO representará, portanto, o Governo brasileiro nessa *joint venture*, nessa empresa binacional.

Nós nos sentimos muito honrados e agradecemos o convite a V.Exa., Deputado Aroldo Cedraz.

Está conosco o Dr. Eduardo Ballarin, que tem participado das discussões, das reuniões desse acordo de cooperação técnica na área espacial Brasil—Ucrânia. Conseqüentemente, tenho certeza de que nosso companheiro Eduardo Ballarin estará inteiramente à disposição dos senhores para responder a qualquer questionamento.



É uma satisfação muito grande estar aqui presente, voltar a esta Casa, rever tantos colegas nesta Comissão que também integrei e de que fui Vice-Presidente durante alguns anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Agradeço ao eminente Diretor Leur Lomanto a grande contribuição.

Antes de iniciar os debates, lembro aos Srs. Deputados inscritos que poderão interpelar os expositores pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Inicialmente, com muita honra, concedo a palavra ao autor do requerimento de realização desta audiência pública, eminente Deputado André Costa.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ COSTA** - Obrigado, Sr. Presidente.

Muito bom dia a todos. Antes de mais nada, agradeço a presença aos ilustres convidados: o Presidente da Agência Espacial Brasileira, Dr. Sergio Gaudenzi; o representante da INFRAERO; a colega Conselheira Maria Teresa Pessoa, representando o Itamaraty; o Sr. Sérgio Bambini, Tenente-Brigadeiro-do-Ar, representando o Comando da Aeronáutica, e o Embaixador da Ucrânia no Brasil, Yuri Bogaievsky.

Talvez a motivação maior desse requerimento tenha sido o que presenciamos nos últimos tempos no Brasil, até como parte da consolidação do nosso processo democrático: o amadurecimento da opinião pública nacional com referência aos temas de monta, os temas estratégicos da nossa política externa, da movimentação maior do nosso País no cenário internacional.

É com base nesse entendimento que percebo este acordo que se pretende torne-se profícuo e efetivo entre Brasil e Ucrânia com referência à exploração conjunta da Base de Alcântara, um lançamento de satélites e a transferência tecnológica da maior valia para a nossa comunidade científica.

Faço minhas também as preocupações já expressadas pela Mesa com o atraso nos cronogramas de trabalho pensados nas primeiras gestões bilaterais. A busca de justificativas de uma compreensão maior é, portanto, o fim primeiro do meu requerimento.

[p8] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:9 Taq.:Graciete Rev.:



Todos sabemos da importância estratégica dessa comparação, aqui já salientada. Creio que teremos oportunidade até de esmiuçar alguns pormenores e algumas incompreensões que ainda não têm sido sanadas por conta do processo de ratificação, ano passado, neste Congresso. As discussões foram exaustivas, mas é sempre importante e oportuno aproveitar a presença dos senhores, do representante da Agência Espacial da Ucrânia, para que alguns esclarecimentos ainda não efetuados sejam proferidos, sobretudo no que diz respeito à participação dos Deputados desta Comissão.

Vou me deter, portanto, a aspectos mais claros dessa cooperação, salientar o que já sabíamos e que é de grande importância nessa cooperação: em primeiro lugar, a cooperação técnica, a transferência técnica ao Brasil. Isso já é expressado não só pelas autoridades, pelos técnicos, mas também, agora, como bem lembrou a Conselheira Maria Pessoa, pela Primeira-Ministra da Ucrânia por meio de carta ao nosso Vice-Presidente e Ministro da Defesa há 2 meses.

Foi oportuna essa divulgação de aspectos mais técnicos do Veículo Lançador de Satélite — VLS. A proposta maior dessa cooperação provém da família Ciclone, de grande êxito — os técnicos saberão dizer melhor do que eu — e pouquíssimas falhas. Portanto, o Ciclone 4 vem sendo ambicionado, desejado por outros países, como a Rússia e os Estados Unidos, que também já demonstraram motivação econômica e estratégica em utilizar esse foguete. A respeito, gostaria de repetir as palavras de um técnico francês com quem tive a oportunidade de conversar, na Guiana Francesa, em Kourou. Dizia que era confiável no mercado comparativamente barato, tecnologicamente avançado e — aquilo que já sabíamos — capaz de colocar em órbitas geoestacionárias satélites de grande porte. Isso dito por um cientista de Kourou, que, como sabemos, talvez seja a base de lançamento de maior competição com a nossa em Alcântara.

A inquietação maior por parte ucraniana — que também deve ser nossa, sobretudo deste Parlamento, que concluiu o processo de ratificação ano passado — faz-se ecoar com transparência, objetividade e clareza no anseio da opinião pública nacional, que, como disse, está atenta à movimentação estratégica do País. Esta audiência pública nos leva a buscar uma compreensão efetiva das dificuldades



encontradas, pelo menos de que tenho conhecimento, em maior número pela parte brasileira.

Sobre essas inquietações — algumas já foram abordadas pelo Diretor-Presidente da Agência Espacial Brasileira —, em relação a uma descontinuidade do debate técnico, temos conhecimento de que há quase 1 ano não há uma realização efetiva clara de encontros técnicos de parte a parte. Sabemos também que há um aguardo, uma espera no plano institucional. A publicação do acordo, apesar de ratificado há mais de 6 meses, não ocorreu ainda. De nosso conhecimento, a Casa Civil fez uma consulta ao Ministério da Defesa. O resultado dessa consulta está sendo aguardado para que se dê publicação. Sabemos que, com a publicação, fica automaticamente criada a Alcântara Ciclone Space, uma empresa internacional, do ponto de vista jurídico. Eles teriam um nome até mais adequado que binacional. Trata-se de uma empresa internacional que trabalhará a transferência técnica e a exploração comercial.

Com relação a essa questão, gostaria de salientar a inquietação ucraniana por alguns pontos específicos. Um deles, a modificação há poucos meses do sítio de lançamento em Alcântara. Tenho conhecimento unilateral, sem entendimento técnico prévio com a parte ucraniana, de que a Ucrânia já vinha desenvolvendo seu projeto Ciclone 4, o seu VLS, dentro de uma concepção pré-acordada sobre um sítio específico: Alcântara. O acordo, que apesar de ratificado ainda não foi publicado, estabelece que qualquer alteração na localização da base do Alcântara Ciclone Space, na Base de Alcântara, deveria ser de entendimento comum de ambas as partes.

Faço minhas as preocupações dos ucranianos, porque, se o acordo ainda não foi publicado, essa transferência carece de um entendimento técnico de ambas as partes. Leva-nos a uma preocupação a eventualidade de um atraso maior no primeiro lançamento previsto inicialmente para fins de 2006. Não sou técnico, mas acredito numa data já profundamente comprometida.

Ora, se temos esse entendimento estratégico, devemos ter pressa. Agradeço a celeridade ao ilustre Deputado Aroldo Cedraz, Presidente da nossa Comissão, que convocou esta audiência pública, a primeira deste ano. A matéria realmente é urgente.



Sabemos, por conta da minha passagem pela Guiana Francesa, do amplo entendimento da Rússia com a França e com a União Européia para exploração conjunta da Base de Kourou, nos mesmos moldes que pretendemos em Alcântara com a Ucrânia. E isso é uma corrida contra o tempo, uma corrida do relógio. Os russos pretendem lançar, exatamente na época que imaginávamos, no final de 2006, o Ciclone 4, em Alcântara.

Temos uma vantagem comparativa, pela posição estratégica da base de Alcântara. Essa vantagem, dizem os técnicos, leva-nos a uma economia de até 30% no lançamento na utilização do combustível. Dada a eficiência, já reconhecida pela comunidade científica internacional da família Ciclone, e agora com o Ciclone 4, que está em processo de aperfeiçoamento, não é difícil imaginar que o Brasil, em médio prazo, será levado ao privilegiado mercado bilionário do lançamento de satélites.

Portanto, temos pressa, sim. Se houve desde a fase inicial a compreensão estratégica desse acordo, não podemos esmorecer agora, quando um competidor se predispõe a acelerar o andamento do seu cronograma para o final do próximo ano. Aqueles que militam no mercado — sou funcionário público — entendem a urgência, a premência nessa corrida.

Para além da questão comercial, não é a primeira no acordo tal como ficou, mas para mim já há grande ganho, pois o Brasil investiu cerca de 300 bilhões de dólares na Base de Alcântara e não teve nenhum retorno ainda desses lançamentos. Isso seria uma grande vantagem, além da possibilidade real, manifesta verbalmente e por escrito em vários memorandos, inclusive de parte do acordo que não põe limitação nenhuma da transferência tecnológica espacial de ponta para o Brasil, de um país herdeiro direto — sabem nossos cientistas — da melhor tecnologia espacial, a extinta União Soviética.

Não sei quais são as dificuldades — por isso a urgência dessa audiência —, mas imagino que sejam de ordem burocrática, administrativa, científica, técnica, mas vamos dialogar a respeito. Comprometer esse acordo é certamente o que não queremos.

Externo essas preocupações iniciais para que o debate seja aberto e colocado em uma perspectiva maior de que daqui terá, sem dúvida, uma ênfase, estímulo para o bom encaminhamento, a curto prazo, desse acordo altamente

[p10] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:11 Taq.:Rosane Resende Rev.:





estratégico. Aliás, o exitoso tratado de cooperação entre Brasil e Uruguai foi inspirado no de uma empresa binacional de Iguazu. Pensamos nos mesmos moldes o Alcântara Ciclone Space. Trata-se de um acordo que passou por esta Casa e sofreu as modificações necessárias no que diz respeito à defesa de nossa ampla soberania a salvaguardas. Portanto, não acredito que tenha óbices institucionais jurídicos maiores para podermos dar seguimento ao projeto e chegarmos a bom termo no mais breve espaço de tempo possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - A presidência agradece ao eminente Deputado André Costa pelos seus competentes e ilustres esclarecimentos. Sabemos que S.Exa. tem enorme experiência não apenas no campo diplomático nessa área, mas também nesse acordo específico de cooperação.

Informo ao Plenário que estão inscritos os eminentes Deputados Terezinha Fernandes, Zarattini, André Zacharow, que sabemos ter forte entrosamento com essa cooperação, e Antonio Carlos Pannunzio, que também conhece profundamente esse acordo.

Concedo a palavra à Sra. Deputada Terezinha Fernandes.

**A SRA. DEPUTADA TEREZINHA FERNANDES** - Sr. Presidente, saúdo todos os convidados que fazem parte da Mesa, na pessoa do Presidente da AEB, Sr. Sergio Mauricio Brito Gaudenzi. Estamos felizes de poder, por conta do requerimento do Deputado André Costa, discutir esse tema tão importante para o País. De fato precisávamos de acompanhar o assunto mais de perto e obter mais informações.

Eu fico feliz porque no passado se discutiram nesta Casa outros acordos, entre eles o do Brasil com os Estados Unidos, que nos trouxe muita preocupação. Hoje, finalmente, temos este acordo com a Ucrânia, que, com todas as salvaguardas necessárias, respeita a nossa soberania, como disse o Deputado André, e vai permitir a transferência de tecnologia para o nosso País, o que tanto almejamos.

Não quero me alongar muito. Pelo que observei, quando esse projeto estiver em funcionamento, em 3 anos — fazendo um cálculo pessimista —, com 4 lançamentos por ano, todo o investimento feito será repostado.

[p11] Comentário:  
Supervisor.:Cláudia Luiza

[p12] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:12 Taq.:Rosária Rev.:



Na construção do sítio do Projeto Cyclone-4, serão ocupados 3,5 quilômetros, conforme informação de que disponho. Quero formular a seguinte pergunta ao Presidente da Agência Espacial Brasileira — AEB: haverá necessidade de novo remanejamento da população? Eu sou do Maranhão e acompanho a situação. Vivemos ali há mais de 20 anos. Não vou entrar no mérito da questão, mas gostaria de saber disso. Depois, faremos outra audiência pública para discutir outras partes do Centro de Lançamento de Alcântara — CLA e do projeto.

A outra pergunta é a seguinte: por que o Brasil não está cumprindo o acordo dentro do prazo determinado? É a questão financeira? Quais são as razões que impedem o País de cumprir a sua parte nesse acordo?

Fico contente de saber que o investimento de 50 milhões de dólares que será feito pela Ucrânia contribuirá para a criação do complexo e também para ajudar o nosso País a gerar lucros.

Sou autora de um projeto — e estou bem adiantada, já que V.Sas. dizem que a empresa ainda está sendo formada —, fundamentada no que acontece na base de lançamentos de Curu, na Guiana Francesa, sobre o repasse de parte desses lucros para o Maranhão, em especial para Alcântara e para a comunidade envolvida, considerando as dificuldades que ali se vivenciam, e sobre os benefícios que o projeto trará para o meu Estado.

São estes os 2 questionamentos que faço: vão sair mais famílias da área? E o que está causando o atraso no cumprimento do acordo pelo Governo brasileiro?

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Esta Presidência agradece a participação à eminente Deputada Terezinha Fernandes e, com muita satisfação, passa a palavra ao ilustre Deputado Zarattini.

**O SR. DEPUTADO ZARATTINI** - Sr. Presidente, senhoras e senhores representantes de diversos órgãos do Governo, a presença do Ministro Eduardo Campos hoje nesta Comissão, sendo S.Exa. o principal responsável pela área de Ciência e Tecnologia, sem nenhuma pretensão de desqualificar o Presidente da Agência Espacial Brasileira, que o representa, era necessária. Por quê? Em defesa do interesse nacional brasileiro.



Essa é uma longa batalha travada pela bancada do Partido dos Trabalhadores e, evidentemente, por Deputados de outros partidos, porque o PT não vai construir um projeto nacional sozinho. É importante destacar que tudo isso começou com a apresentação do relatório do Ministro Waldir Pires, à época Deputado do PT. Depois, continuou com o companheiro Jorge Bittar; e agora o companheiro André Costa e a companheira Maninha também se interessam pelo assunto, assim como a companheira Terezinha Fernandes. Enfim, a nossa representação está aqui.

Eu mesmo tinha de comparecer a uma audiência importantíssima sobre os caças supersônicos na Comissão de Ciência e Tecnologia e fiquei aqui para externar esta opinião porque vejo que o interesse nacional está em jogo.

Essa é a questão que eu gostaria de apresentar aos senhores representantes do Executivo. Acho que o Governo Federal, em várias ocasiões, tem demonstrado que eu costumo chamar — usando expressão inglesa — de *slow motion*. Questões importantes têm caminhar vagaroso, apesar dos esforços do Presidente Lula e do Ministro da Gestão, José Dirceu. É bom lembrar que o Ministro da Gestão sempre é confundido pela imprensa, porque se atribui a ele papel político.

Conversando com o Presidente e com o Ministro em várias ocasiões, ouvi S.Exas. lamentaram o fato de que muita coisa no Governo anda devagar. E esse assunto tem andado devagar. Eu mesmo estou vivendo isso na própria carne, porque sou Relator do projeto de lei da inovação tecnológica. Incluímos um último artigo no projeto, depois de incessante debate com o Ministério da Fazenda, a respeito de incentivos fiscais. Modéstia à parte, essa foi uma vitória minha, na discussão com o Secretário Marcos Lisboa, na discussão com o próprio Ministro Antonio Palocci. Todos os Deputados aqui sabem que a muralha não é fácil de transpor; é quebrar pedra, Sr. Presidente. Consegui, mas o projeto não foi enviado até hoje.

Eu não quero aqui dizer que há, de parte a parte, injunções ou pressões externas para que esse acordo não se viabilize. Mas acho que há forte dose disso na gestão do Governo.

[P13] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:13 Taq.:Rosana Rev.:



Apelo ao representante do Ministro Eduardo Campos para que, de fato, coloque esse acordo em prática, com todas as questões levantadas pelo nosso companheiro André.

Gostaria de lembrar também que as pressões internacionais sempre existem, em qualquer situação. Por exemplo: hoje, o Brasil domina o ciclo nuclear. Como isso surgiu? Surgiu no período ditatorial, quando o General Geisel era Presidente da República, e houve necessidade de rompimento do tratado militar Brasil/Estados Unidos, de 1952. Vinte anos depois, esse tratado foi rompido. Em virtude disso, rompeu-se acordo com os Estados Unidos no campo nuclear, altamente desfavorável ao interesse nacional brasileiro. Feito outro, com a Alemanha, que também não era nenhuma “Brastemp”, surgiu o Programa Nuclear da Marinha. Hoje, só 8 nações enriquecem urânio. E o Brasil domina essa área, o que é muito importante para esse projeto nacional.

Esse acordo pode sofrer qualquer pressão. Todos nós sabemos, Sr. Embaixador, das recentes modificações no campo político da Ucrânia, que tinha o seu governo anterior basicamente sob a esfera geopolítica da Rússia. Hoje, na melhor das hipóteses, ela se tornou um país desligado ou com certa autonomia nesse campo. Eu não sei até que ponto posso falar sobre a influência maior ou não dos Estados Unidos.

Mas não devemos ter isso como orientação do nosso objeto, porque as modificações de governo são assuntos internos de cada país, de cada povo, sobre as quais não podemos opinar. Temos de ver bem qual é o interesse nacional brasileiro e decidir de uma vez por todas.

Esse acordo, nos termos em que foi firmado, graças ao nosso eminente Ministro Waldir Pires, graças ao Deputado Jorge Bittar, graças fundamentalmente à bancada do PT, que batalhou muito por isso ainda no Governo de Fernando Henrique — e contou com o apoio de alguns membros do próprio PSDB na ocasião; eu me lembro disso —, favorece a soberania brasileira. Eu acho que, então, devemos colocá-lo em prática.

Obrigado, Sr. Presidente.

[p14] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:14 Taq.:Christiane Monteiro  
Rev.:



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Esta Presidência agradece a manifestação ao ilustre Deputado Zarattini e, com satisfação, passa a palavra ao ilustre Deputado André Zacharow.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ ZACHAROW** - Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, de longa data e com muito interesse eu venho acompanhando a realização de vários acordos e a ratificação desse tratado aprovado recentemente. Venho também acompanhando com interesse a evolução política da Ucrânia. E creio que o Governo brasileiro tem acompanhado os novos rumos e a consolidação da democracia naquele país, além da sua abertura em relação ao Ocidente.

Sei também da dependência tecnológica que ainda existe da Ucrânia em relação, principalmente, à Rússia, no fornecimento de componentes de alta tecnologia, que ainda não produz. Talvez já tenha hoje, mas a notícia que recebi é a de que o giroscópio, elemento essencial do foguete, ainda é fabricado pela Rússia.

Diante disso e segundo informação que obtive, de que a ratificação do tratado ainda não foi publicada, de que está na Casa Civil, pelo que lembro, ele não cria automaticamente a empresa binacional. Ele propõe a criação da empresa binacional por meio de estatuto elaborado pelas partes. E o próprio tratado aprovado não indica a INFRAERO como a contraparte brasileira.

Pergunto em que fase está a elaboração do estatuto? Esse estatuto já foi aprovado pelas partes?

Sei que ele depende também da ratificação do Congresso. Portanto, deverá voltar para esta Casa. Creio que o ponto crítico a ser discutido hoje é o da constituição da empresa binacional, para posteriormente tratarmos da sua implantação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Agradeço as considerações ao eminente Deputado André Zacharow e passo a palavra ao último orador inscrito, ilustre Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** - Sr. Presidente, demais autoridades que integram a Mesa, caríssimos colegas Parlamentares, confesso que, ao ler os termos do requerimento de realização desta audiência



pública, elaborado pelo ilustre Deputado André Costa, perguntei-me e perguntei ao meu colega Zarattini sobre as suas razões.

O Deputado André Costa afirma com ênfase que a parte ucraniana está impaciente e não compreende a razão das delongas da parte brasileira. Alguns temem que novos atrasos poderão redundar na renúncia dos acordos pelos ucranianos.

Sr. Presidente,|| tenho em mão matéria legislativa relacionada com os acordos firmados com a Ucrânia; 2 deles já de certa forma resolvidos.

Um deles aprova — e ressalto aqui o que para nós desta Comissão é muito importante —, com emendas, o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação da Ucrânia em lançamentos a partir de Alcântara.

Esse acordo foi celebrado em Kiev, em janeiro de 2002. E, depois da tramitação, em outubro de 2003 foi encaminhado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e transformado no Decreto Legislativo nº 766, de 2003.

O outro acordo que tenho em mão é o que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do tratado entre o Brasil e a Ucrânia sobre a cooperação de longo prazo na utilização do veículo de lançamento Cyclone-4, no Centro de Lançamento de Alcântara. Esse é bem mais recente: chegou aqui em maio de 2004; e, em agosto de 2004, já havia sido relatado. Por coincidência, o Relator fui eu mesmo. E foi transformado no Decreto Legislativo nº 1.356, de 2004.

Na seqüência e por último, temos aqui o acordo que submete à consideração do Congresso Nacional a cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior, celebrado entre o nosso Governo e o Governo da Ucrânia.

Esta é uma situação anômala. Não obstante ter tramitado por esta Comissão e sido transformado em projeto de decreto legislativo, no distante ano de 2001, a última informação é de que foi encaminhado à Coordenação das Comissões Permanentes. Nenhuma outra informação há. Seria preciso pedir explicações à Mesa Diretora da Casa, comungando das preocupações do Deputado André Costa, em relação ao porquê de um acordo cujo mérito é objeto de interesse desta Comissão, que aqui foi transformado em projeto de decreto legislativo, estar

[p15] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:15 Taq.:Christiane Monteiro  
Rev.:



engavetado na Coordenadoria das Comissões Permanentes e de lá não sair. Talvez seja essa a razão da preocupação das autoridades ucranianas.

Creio que poderíamos nós mesmos buscar a resposta e oferecê-la às autoridades do Governo que aqui estão, bem como ao Exmo. Sr. Embaixador da Ucrânia no Brasil, para fazer andar esses acordos de interesse bilateral, tanto do Brasil quanto da Ucrânia.

Gostaria de aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente — e peço vênias a V.Exa. —, em que contamos com a presença do Diretor da Agência Espacial Nacional da Ucrânia nesta reunião, que pode ter informações importantes relacionadas a esse atraso no cronograma, para fazer-lhe algumas perguntas.

Uma delas é do ponto de vista técnico: que dificuldades podem estar emperrando esse processo?

A outra, cuja resposta eu gostaria de ouvir também dos ucranianos, é a seguinte: quais as vantagens de lançar o Cyclone a partir de Alcântara? Estou falando aqui, evidentemente, das vantagens técnicas e econômicas. Sabemos do que consta da justificativa que acompanha o texto do acordo celebrado entre o Governo brasileiro e o Governo ucraniano, mas seria bom ouvirmos a outra parte.

Por último, Sr. Presidente, ousaria pedir ao Diretor da Agência Espacial ucraniana que teça algumas considerações livremente, sobre o que julgar procedente e que possa vir em auxílio daquele que é, acredito, o interesse dos 2 países.

Para finalizar, quero deixar claro que o acordo firmado com os Estados Unidos — que realmente tinha dispositivos que não condiziam com os nossos interesses maiores e com a soberania brasileira — foi rejeitado por esta Comissão ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso. Afirmando, com muito orgulho, particularmente aos colegas do Partido dos Trabalhadores e dos partidos que faziam Oposição na época, que ele só foi rejeitado porque nós, do PSDB — eu particularmente —, encaminhamos voto contrário, apoiando as emendas introduzidas pelo Relator, que fizeram com que a situação não tivesse seqüência, embora tenham tentado depois um *by-pass*, pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

O fato é que nenhum acordo relativo aos Estados Unidos foi homologado pelo Congresso Nacional, para a utilização da Base de Alcântara. Se houve reação

[MSOffice16] Comentário:  
Sessão:0301/05 Quarto:16 Taq.:Márcia  
Luisa Rev.:



naquele momento — e V.Exa. pode se orgulhar disso —, ela partiu desta Comissão, hoje muito bem presidida por V.Exa.

Com a sua permissão, Sr. Presidente, se o Diretor da Agência Espacial ucraniana também responder às perguntas, talvez sejamos mais bem esclarecidos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Esta Presidência agradece ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio as competentes considerações e consulta o Plenário sobre se poderíamos perguntar, de acordo com o requerimento, ao integrante da mesa, eminente Embaixador da Ucrânia no Brasil, se gostaria de se fazer assessorar pelo Sr. Diretor da Agência Espacial Nacional da Ucrânia. *(Pausa.)*

Vejo que o Plenário se manifesta de acordo. Espero a confirmação do Sr. Embaixador, sobre se gostaria de ser assessorado pelo Sr. Diretor da Agência Espacial ucraniana, o que seria absolutamente plausível e permitido, para que esclarecesse este Plenário.

**O SR. YURI BOGAIEVSKY** - *(Intervenção em ucraniano.)*

**TRADUÇÃO** - Sim, o Embaixador concorda com essa possibilidade e agradece.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Concedida, portanto, ao Sr. Embaixador a possibilidade de manifestação, ou ao seu assessor nesta reunião, o eminente Diretor da Agência Espacial Nacional da Ucrânia.

Antes das respostas do referido diretor, como o eminente Sr. Deputado Antonio Carlos Pannunzio foi o último inscrito e outras perguntas já foram dirigidas aos integrantes da Mesa, consulto o ilustre Presidente da Agência Espacial Brasileira, Dr. Sérgio Maurício Gaudenzi, sobre se gostaria de iniciar os debates. *(Pausa.)*

Concedo a S.Sa. a palavra, para que responda aos questionamentos das Sras. e dos Srs. Deputados.

**O SR. SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de responder às questões levantadas, reafirmo que a posição da Agência Espacial Brasileira é absolutamente favorável ao acordo, à cooperação com





a Ucrânia. Temos interesse muito grande no Projeto Cyclone, para nós da Agência prioritário.

Evidentemente, ele envolve aspectos políticos, legais e técnicos. Eu diria que os aspectos políticos foram até facilmente encaminhados. Esta Casa aprovou o acordo em prazo considerado até extremamente curto.

Quanto aos aspectos legais, concordo com o Deputado Antonio Carlos Pannunzio: ainda há alguns pontos a resolver. Efetivamente, o acordo ainda precisa ser publicado e proclamado. E há também pendência Na Coordenadoria das Comissões sobre outro acordo complementar.

Quanto aos aspectos técnicos, eu diria que aí está o nó principal. Por quê? Porque, diferentemente do que se pensa, não haverá exploração conjunta em Alcântara. É preciso destacar exatamente isso. O Centro de Lançamento de Alcântara é o sonho que sempre tivemos, da missão espacial brasileira completa. Vamos lançar dali um foguete nosso, o VLS, que levará um satélite nosso. É preciso que isso fique muito claro.

No complexo espacial que ali existe temos sítios que se denominaram até comerciais, onde haverá parcerias de empresas nossas e de outros países para lançamento de foguetes. Neste caso se enquadra perfeitamente a *joint venture* do Projeto Cyclone, entre uma empresa brasileira e uma empresa ucraniana, para fazer lançamentos. Essa empresa vai montar o seu sítio. É claro que ela vai utilizar a infraestrutura geral do Centro, mas vai montar o seu sítio, fazer as suas obras e o seu plano de viabilidade — ou atualizá-lo, porque foi feito um plano inicial sobre a viabilidade do empreendimento —, além de buscar no mercado internacional aqueles que têm satélites e desejam lançá-los. São coisas absolutamente distintas.

Resgato aqui, para que fique muito claro, o desenho traçado pelo Diretor do DEPED, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Bambini, que foi muito feliz na iniciativa. O nosso programa tem desenho muito bem traçado no sistema que coordena as atividades espaciais brasileiras. A Agência é o órgão central; o DEPED e o INPE são os órgãos setoriais. Ao INPE cabe a parte de satélites; ao DEPED, através do Centro Técnico Aeroespacial — CTA e de outras unidades, cabe a parte de lançadores, inclusive a infra-estrutura de lançamentos.

[MSOffice17] Comentário:  
Sessão:0301/05 Quarto:17 Taq.:Márcia  
Luisa Rev.:



Os sítios a serem criados na área de Alcântara serão binacionais, nos quais o Brasil sempre estará presente através de uma empresa. A indicada, com todos os méritos, para nos representar na primeira binacional foi a INFRAERO, com larga experiência nessa área. Na verdade, podemos considerar aquilo um aeródromo espacial.

A INFRAERO está muito bem incluída nessa *joint venture*, com 51% de participação. Até o momento, ainda não conseguimos obter a sua designação oficial para a representação. Apesar disso, avançamos juntos informalmente. Hoje, o estatuto está pronto para vir ao Congresso, para que se crie efetivamente a *joint venture*.

Mas é preciso que a empresa constituída reveja o estatuto. Foi um trabalho feito por alguns técnicos da Agência da Ucrânia e da INFRAERO. É preciso que a direção da empresa, como corpo diretivo, aprove ou não o que está feito. Aprovando, que remeta ao Congresso, para apreciação.

Esse é realmente nó da questão. E o Deputado André Zacharow foi muito feliz em citá-lo. É preciso criar a empresa que vai fazer a operação comercial da sua enorme parte de lançamento, a saber: a Alcântara Cyclone Space. Ela é que vai começar a montar o seu sítio. Com os seus recursos, abatido o custo das obras e do aluguel do sítio; depois, feito o lançamento, pagos os custos do foguete e do lançamento, que necessita de envolvimento técnico para ser feito, o resultado será o ganho da empresa.

Quero deixar claro que isso não tem ligação com o VLS. Este é o sonho que estamos perseguindo: a missão espacial brasileira completa, cujo andamento está acelerado.

Não existe exploração propriamente conjunta de Alcântara. Existe em Alcântara um sítio nosso, nacional, sob a jurisdição do Comando da Aeronáutica. E existem sítios comerciais dos quais serão feitos lançamentos comerciais, para os quais vão se buscar clientes para lançamento de seus satélites.

Recentemente recebi da Casa Civil um pedido de informações sobre combustível. Até estranhei porque, já assinado o acordo, o pedido me pareceu fora de prazo. Mas respondi por meio de relatório realizado pela assessoria técnica da Agência, que contou com a colaboração de membros do CTA e do INPE.

[P18] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:18 Taq.:Luciene Motta Rev.:



Julgávamos superada essa etapa. Já estávamos na fase de publicação do tratado, para posterior designação da INFRAERO como a empresa que comporá a *joint venture*. Porque ela é que vai buscar os clientes.

Acho que respondi às questões do Deputado André Costa.

Sobre a pergunta da Deputada Terezinha Fernandes, esclareço que, num primeiro momento, houve necessidade real e houve remanejamento.

Conversamos muito com o Ministro da Defesa, com o Comandante da Aeronáutica e com representantes do DEPED e estamos introduzindo modificações na concepção do Centro de Lançamento de Alcântara.

Há uma área sob jurisdição militar, o que existe em todos os lugares, e há uma área civil no Centro Espacial. É assim em todos os lugares, repito. Para entrar no Kennedy Space Center, paga-se um tíquete, por meio do qual se pode correr toda a área. Não há problema algum. Há ali convivência com o turismo; até mesmo com tribos de índios. Na base que há ao lado isso não ocorre porque é militar e necessariamente fechada.

Não se pode montar uma base militar com pessoas dentro dela. Mas pode ser feito um centro espacial com pessoas dentro dele.

Conversamos muito com o Comandante da Aeronáutica e com o Ministro da Defesa, repito, para preservar a população e fazer o menor remanejamento possível, sempre conversando com as pessoas envolvidas. Tenho dito aos que me procuram que eu sou fundamentalmente político. Eu sei conversar com a população. Se precisar, por algum motivo, remanejar alguma área pequena, eu vou, primeiramente, conversar com todos os envolvidos para saber se podem sair, aonde desejam ir e em que condições. Isso não será feito sem conversa. Essa é uma orientação de governo. Nada será feito sem conversa. A população será ouvida e terá voz; por ela e por seus representantes.

Há flexibilidade maior para algumas acomodações no Centro Espacial. Entendemos que ele até extrapolará as áreas de lançamento. A nossa idéia é a de instalar lá dentro campus avançados de universidades; outras áreas de Ciência e Tecnologia; de análise de marés, cujo movimento chega a quase 7 metros de diferença; de geração de energia por meio da biomassa, do *biodiesel*, para ajudar a população local com algum rendimento a mais. Enfim, o Centro Espacial realmente



tem de funcionar como elemento indutor de desenvolvimento da região, exatamente o Maranhão, fronteira entre o Norte e o Nordeste brasileiros. É um projeto germinativo da área. Ele extrapola, e muito, o de um simples centro de lançamento de foguetes. Já seria algo excepcional para nós, mas ele extrapola e muito, com esse conceito muito mais amplo que fizemos em conjunto com o Ministério da Defesa e o Comando da Aeronáutica.

Em nossas conversas, discutimos as áreas necessárias, fechadas e abertas, nas quais as pessoas vão poder entrar e serão realizadas outras atividades. Já há manifestação de algumas universidades sobre a instalação de campus avançados na área, o que será excelente para a fronteira Norte e Nordeste do Brasil.

Quanto ao remanejamento da população, será feito se houver necessidade, por uma questão de segurança, e só por isso, após conversa com a população. Essa é a determinação.

Por que o atraso? Eu diria o seguinte: a parte de instalação da infra-estrutura geral andou. Já temos hoje o desenho do que é preciso fazer. Temos ainda muito a fazer em termos de infra-estrutura tanto na área do Centro de Lançamento, ou seja, na área de jurisdição da Aeronáutica, quanto na outra área. Temos de montar infra-estrutura capaz de atrair as pessoas para lá. Para isso, vamos trabalhar com hospitais, escolas, supermercados. Temos de pensar em tudo isso para montar infra-estrutura real em Alcântara.

Não podemos criar uma área para a qual as pessoas vão de manhã, de São Luís, e voltam de acordo com a maré do horário. E terá de haver densidade de serviços. Sem gente não há serviços; e as pessoas não vão porque não há serviços. Não há serviços porque não há demanda; e não há gente porque não há serviços. Por isso é preciso implantar um grande centro espacial na área, conforme funciona em outros países.

O atraso, no caso concreto do Cyclone-4, deu-se por algumas razões. Diria que a principal delas é a demora na designação da empresa brasileira que vai compor a *joint venture*. Feito isso, ela vai juntar os estudos já prontos, feitos em conjunto com o Governo da Ucrânia e com a INFRAERO; em seguida, a direção da empresa designada vai examiná-los; se estiver de acordo, vai enviá-los ao Congresso, que precisa aprová-los. Até porque, como eu disse, há regimes



diferentes do que praticamos normalmente. E só pode haver regime diferente com a aprovação do Congresso Nacional.

Há atraso na indicação da empresa nacional. Recentemente, surgiu a idéia de que se tratava de projeto perigoso, pois trabalhava com combustível que não podia ser usado. Ora, China, Índia, Estados Unidos, Rússia, Ucrânia e Brasil — a França deixou de usá-lo ano passado — usam esse combustível. Apenas temos de tomar os cuidados necessários para manuseá-lo, como devemos ter num posto de gasolina ou num avião *Boeing* que sobrevoa São Paulo para pousar no aeroporto. Tudo tem de ser feito de acordo com as normas de segurança.

Acabamos de aprovar projeto, fruto de trabalho do Conselho Superior da Agência, coordenado pelo Brigadeiro Ribeiro, que trata das normas de segurança, na última reunião realizada.

Estamos fazendo tudo o que podemos. Mas o nó está, efetivamente, na criação da *joint venture*, que vai preparar o seu sítio e dar início às obras. Não somos nós. Ela vai arrendar a área em que vai trabalhar. Dali, ela vai fazer os lançamentos, a partir de coordenação centralizada pelo setor de comando e controle do Centro. Precisarão de área de exclusão aérea e de área de exclusão marítima. Uma série de providências terão de ser tomadas para fazer com segurança o lançamento.

Hoje, o ponto que mais estrangula o andamento do projeto é efetivamente o da criação da *joint venture*.

O Deputado Zarattini tem razão. Andou muito mais devagar do que todos nós gostaríamos, em função de uma série de problemas. Até porque é a primeira experiência que temos na constituição de uma *joint venture* para lançamento de foguetes, área que ainda está em fase de implantação.

Quanto à infra-estrutura de Alcântara, ainda há muito o que fazer. Deverá ser feita licitação pública proximamente. Já realizamos até audiência pública para tratar do assunto. Assim, vamos complementar a infra-estrutura necessária a um centro de lançamento de foguetes.

O Deputado André Zacharow, que conhece bem o tema, acertou em cheio: o tratado da INFRAERO que ainda não foi oficializado é o nó real do andamento do processo.

[P20] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:20 Taq.:Luciene Motta Rev.:



Deputado Antonio Carlos Pannunzio, concordo com V.Exa. Há ainda que ser publicado o último acordo aprovado pelo Congresso Nacional. Temos insistido para que seja feita a publicação. A Casa Civil nos fez questionamento sobre o combustível, repito; já respondemos que o combustível é amplamente utilizado e que há um histórico de sucesso. Já são — se eu estiver errado, corrijam-me — mais de 300 os lançamentos com absoluto sucesso, sem qualquer problema.

Como disse o Comandante Demétrio, que fez a análise para o Conselho Superior da AEB, a nosso pedido, o documento sobre segurança é primoroso, usando a palavra por ele escolhida. Seguindo o que está ali, não teremos problemas. Trata-se de manual semelhante ao regulamento feito para lançamentos. Ou seja, ele tem de ser rigorosamente seguido.

Peço que me perdoem se deixei de responder a algum quesito. Creio ter respondido pelo menos às indagações feitas até agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Esta Presidência agradece ao ilustre Presidente da Agência Espacial Brasileira, Dr. Sérgio Gaudenzi, os seus consistentes esclarecimentos complementares.

Esta Presidência consulta os demais integrantes da Mesa sobre se gostariam de fazer alguma manifestação complementar. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao ilustre Tenente-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Pedro Bambini para os seus esclarecimentos complementares.

**O SR. SÉRGIO PEDRO BAMBINI** - Sr. Presidente, eu quero me ater a 2 dos itens comentados, já respondidos muito bem pelo Dr. Gaudenzi.

O primeiro é sobre transferência de tecnologia, fator que a nós do Comando da Aeronáutica, especialmente do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento, interessa demais.

Nós temos sido pioneiros numa série de atividades no Brasil. A visão estratégica e pioneira de pessoas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Aeronáutica nos anos 40, era a de que, para sairmos do subdesenvolvimento, necessitávamos de uma grande escola para formar técnicos. E o Brigadeiro Casimiro Montenegro Filho, que terminou a carreira como marechal-do-ar, criou o ITA, que possibilitou a formação de massa crítica que, desenvolvendo a parte de aviação, chegou à EMBRAER, hoje uma potência mundial.



O mesmo ITA sentiu necessidade de avanço na área espacial. E nós começamos, ainda nos anos 60, bem anteriormente à criação da Agência Espacial, a trabalhar, e mesmo o ITA sentiu a necessidade de avanço na área espacial. E nós começamos, ainda nos anos 60, bem anterior à criação da Agência Espacial, a trabalhar com foguetes de sondagem. Tivemos uma exitosa família de foguetes de sondagem que estão aí: foguetes da série Sonda I, II, III e IV, que possibilitaram mais à frente vermos essa família de lançadores de satélites.

Estamos tentando com o nosso VLS I, VSL II, VLS III. Todos tiveram seus problemas. Eu estava em Alcântara, em 2003, no momento do acidente doloroso para todos nós, com o Brigadeiro Ribeiro. Mas continuamos tentando.

A nós interessa a transferência de tecnologia. Temos buscado desesperadamente a tecnologia onde quer que ela esteja disponível. Pedimos à França, aos Estados Unidos e à Rússia. E os países que nos cedem nós aceitamos.

Então, a expressão mágica “transferência de tecnologia” é por demais importante para nós. Sempre que alguém chega oferecendo algum produto ao Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento acenamos para a transferência de tecnologia. Não foi diferente nesse caso.

Ocorre que nos documentos que os senhores citaram não há essa palavra; há nas conversas; nos documentos não há. Sinto muito, mas não há a expressão “transferência de tecnologia”. O programa Ciclone IV prevê a elevação do Ciclone III para o Ciclone IV na Ucrânia, enquanto o Brasil faz o sítio de lançamento. Isto é o que está previsto: 30 milhões para construir o sítio mais 80 milhões divididos pelas duas empresas.

Queria reportar-me também à área do sítio como o Dr. Gaudenzi bem descreveu. Para os senhores terem uma idéia, o nosso Centro de Lançamento de Alcântara hoje possui uma área de 62 mil hectares.

Dentro desse conceito moderno de termos um centro de lançamento e um centro de lançamento de Alcântara, que é o centro gerido pela Aeronáutica, estamos cedendo para a Agência Espacial cerca de 56 mil hectares para fazer todas essas atividades. Segundo a projeção que fizemos até o ano 2080 para todo o programa espacial genuinamente brasileiro constatamos que esses 56 mil hectares são o necessário. Agora, senhores, são intocáveis, porque nós precisamos de todos eles.

[P21] Comentário: Supervisor.:Zuzu

[P22] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:21 Taq.:Luciene Motta Rev.:



Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Uma questão de ordem ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio; antes, agradecendo ao ilustre Brigadeiro Sérgio Pedro Bambini.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** - Na verdade, minha questão de ordem tem tudo a ver com a declaração do Tenente-Brigadeiro Bambini e me parece bastante pertinente.

Um dos acordos que foram transformados em decreto legislativo se referia exatamente à garantia das salvaguardas tecnológicas, ou seja, se há salvaguardas não há transferência de tecnologia. No embasamento do requerimento para aprovação desta audiência pública, o Deputado André Costa diz que é digna de nota a disposição do governo ucraniano em disponibilizar parte dessa relevante tecnologia ao Brasil.

Gostaria de saber se na interpretação do Brigadeiro Bambini, ou eventualmente de alguns outros integrantes da Mesa, nós temos essa garantia de disponibilização tecnológica.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ COSTA** - Sr. Presidente, peço a palavra também para uma questão de ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Eu consulto o Deputado Antonio Carlos Pannunzio se concluiu a sua questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Agradeço a S. Exa. e passo a palavra, para uma questão de ordem, ao eminente Deputado André Costa.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ COSTA** - Acho muito pertinente esse ponto da discussão, para deixarmos clara, de parte a parte, essa questão da transferência de tecnologia.

O que eu depreendo da palavra do ilustre Tenente-Brigadeiro Sérgio Bambini é que não há, por parte do seu Ministério, ainda uma compreensão clara de que isso de fato se tornará realidade. Portanto acho que seria a esse respeito, Presidente, muito oportuno ouvir as palavras do técnico ucraniano para que ele possa expor algo





sobre isso. Eu, por exemplo, tenho alguns memorandos em que a transferência é abordada de forma clara. Mas eu preferia que ele respondesse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Agradeço a intervenção do eminente Deputado André Costa e pergunto à ilustre Ministra se gostaria de fazer alguma exposição complementar.

**A SRA. MARIA TERESA MESQUITA PESSOA** - Apenas num ponto sobre o que falou o Deputado Antônio Carlos Pannunzio. A assinatura de acordos de salvaguardas tecnológicas são previstas dentro da cooperação espacial com qualquer País.

Assinamos com a Rússia, por exemplo, um memorando de entendimento para a cooperação na aérea espacial, no ano passado, no dia 22 de dezembro, quando da visita do Presidente Vladimir Putin, e nesse memorando está previsto também com a Rússia a assinatura de um acordo de salvaguardas tecnológicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Esta Presidência agradece à Sra. Maria Tereza Mesquita Pessoa as manifestações complementares e, neste momento, passa a palavra ao ilustre Embaixador da Ucrânia, Sr. Yuri Bogaievsky. Também, quando necessário, o Sr. Alexander Serdyuk, Diretor Internacional da Agência da Ucrânia, poderá se manifestar.

**O SR. YURI BOGAIEVSKY** - (*Exposição em ucraniano.*)

**TRADUÇÃO** - O embaixador agradece essa possibilidade e, levando em conta o tempo, propõe que seja dada a palavra ao Diretor Internacional da Agência Espacial Nacional da Ucrânia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Esta Presidência concede a palavra ao Sr. Sr. Alexander Serdyuk.

**O SR. ALEXANDER SERDYUK** - (*Exposição em ucraniano. Tradução simultânea.*) - Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Srs. Deputados, agradeço a oportunidade que me foi concedida de me dirigir aos senhores.

Inicialmente gostaria de dizer algumas palavras sobre o projeto e, na seqüência, responder algumas perguntas que os senhores fizerem a respeito.

A Ucrânia vem cumprindo suas obrigações internacionais quanto ao projeto e está desenvolvendo o veículo lançador Ciclone IV, de acordo com o tratado assinado com o Brasil exclusivamente para a base de lançamento de Alcântara.

[p23] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:22 Taq.:Geane Rev.:



Já gastamos mais de 25 milhões de dólares no desenvolvimento desse projeto. Não temos dificuldades técnicas quanto a isso, temos certeza de que o veículo lançador será moderno e confiável, como todos os veículos lançadores desenvolvidos pela Ucrânia. Eu vou apenas mencionar uma cifra.

A Ucrânia não possui o seu centro de lançamento próprio. No ano passado 13% de todos os veículos lançadores do mundo foram produzidos pela Ucrânia.

Provavelmente os senhores já ouviram falar de um projeto de tal envergadura, como o chamado Projeto Sea Launch. O lançamento do veículo lançador ucraniano será feito no mar. Provavelmente os senhores também conhecem o projeto projeto *(ininteligível)* Lá, junto com a Rússia, esse projeto voa com um foguete ucraniano.

[P24] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:23 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:

Se existirem dúvidas quanto à capacidade e potencialidade da Ucrânia de desenvolver veículos lançadores, nós convidamos os especialistas brasileiros a visitarem a Ucrânia para ver como desenvolvemos essa tecnologia espacial.

No que diz respeito à transferência de tecnologia e às questões levantadas pelo Brigadeiro Bambini, só posso repetir as palavras da Conselheira Maria Teresa Pessoa de que a assinatura de tais acordos de salvaguardas correspondem a uma prática internacional. Todos os países que fazem parte do regime de não-proliferação de tecnologia missilística, o MTCR, são obrigados a fazer tal acordo.

O que o Brasil vai obter como resultado desse projeto, no plano da tecnologia? V.Exas. sabem que a *joint venture*, a empresa binacional que será criada como resultado desse tratado, é a responsável pela construção da base de lançamento. Os investimentos serão tanto da Ucrânia, em 50%, como da parte brasileira, em 50%.

Toda a propriedade intelectual resultante desse projeto conjunto para o complexo de lançamento será de propriedade da *joint venture* registrada no Brasil. É outra fórmula possível de existir, pois quem investe o dinheiro é o proprietário.

V.Exas. devem saber que, no dia 23 de outubro de 2003, foram assinados outros acordos, não apenas esse tratado. Foram assinados 3 documentos referentes à cooperação, no Brasil, da Ucrânia na área espacial. Além do tratado, os 2 Presidentes assinaram uma declaração conjunta que fala claramente da cooperação e da realização conjunta do projeto. E o memorando que foi assinado por ambas as



Agências Espaciais prevê a cooperação dessas 2 Agências no desenvolvimento tanto do veículo lançador como da base de lançamento.

Esse programa de cooperação existe. Ele inclui todas as ações desenvolvidas pela Ucrânia para o desenvolvimento e também o financiamento da Ucrânia. Estamos prontos, de nossa parte, e propusemos isso à parte brasileira, a participar desse trabalho de desenvolvimento do veículo. E esse programa prevê todos os aspectos de desenvolvimento da técnica espacial. Essa é uma cooperação conjunta, onde 2 países financiam um projeto conjunto. O programa foi desenvolvido com base naquele memorando assinado entre as 2 Agências Espaciais.

Com referência ao combustível, V.Exas. sabem que a Ucrânia detém todas as possibilidades tecnológicas de criação de veículos lançadores. A hidrazina é desenvolvida para o Ciclone; no veículo lançador Zenith são usados querosene e oxigênio, mas também temos muita experiência de criação de foguetes com combustível sólido.

V.Exas. escolheram o Ciclone. Poder-se-ia desenvolver um foguete com outro combustível. Temos experiência de mais de 50 anos de exploração de foguetes com tal combustível. O mundo inteiro utiliza esse combustível. Nada de melhor foi, até hoje, inventado nessa área.

Gostaria de mencionar que não existem problemas técnicos nesse projeto. Existem problemas quanto ao fato de que, no tratado, são mencionados prazos para a implementação do projeto, como dezembro de 2006. Isso é o que nos preocupa bastante. Uma vez que nossos países assumiram tais responsabilidades internacionais, devemos cumpri-las.

Concluindo, se houver alguma questão, algum ponto não esclarecido, quero dizer que estamos prontos para qualquer tipo de consulta, em qualquer nível. E tenho certeza de que poderemos responder a qualquer tipo de pergunta.

Aproveito mais uma vez a oportunidade para convidar os Deputados e os especialistas técnicos a irem à Ucrânia, onde poderão avaliar as nossas potencialidades e poderão ver, com os próprios olhos, o nosso potencial.

Gostaria de, em conclusão, mencionar minha certeza de que esse projeto é extraordinariamente importante para os nossos países, e nós o cumpriremos. E

[P25] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:24 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:



veremos o lançamento do nosso veículo lançador conjunto, em 2006, se não perdermos mais tempo.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Esta Presidência agradece as manifestações ao Sr. Diretor da Agência Espacial Ucraniana, Alexander Serdyuk, e, em seguida, consulta os eminentes Deputados Antonio Carlos Pannunzio e André Costa se desejam fazer uso da palavra para esclarecimentos adicionais ou mesmo para a réplica.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Pannunzio e, depois, o Deputado André Costa.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** - Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de agradecer o gesto democrático do Embaixador Bogaievskiy, que anuiu à questão de que o Diretor da Agência Espacial Ucraniana pudesse responder às questões que levantamos. Cumprimento ainda o ilustre Diretor pela forma como se pronunciou, procurando ser objetivo e demonstrando claramente o interesse da Ucrânia na concretização dessa *joint venture* de maneira a conseguirmos levar adiante projeto comum.

Mas fiquei um pouco confuso num ponto, até para que nós, Congressistas, possamos realizar as ações que eventualmente sejam necessárias de nossa parte, caso algum problema esteja conosco.

E a pergunta, talvez, crucial entre as 3 que dirigi a ele diz apenas uma coisa: do ponto de vista técnico, quais dificuldades estão emperrando o processo? Ou seja, há alguma dificuldade? Não há? Se houver, o que podemos fazer?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Esta Presidência concede a palavra ao Diretor da Agência Espacial Ucraniana, Alexander Serdyuk.

**O SR. ALEXANDER SERDYUK** - (*Exposição em ucraniano. Tradução simultânea.*) - No momento, já está sendo concluída a documentação final do projeto referente ao Ciclone IV. Já foi desenvolvido o projeto básico para o complexo terrestre. Não temos dificuldades técnicas, mas existe falta de comunicação com os especialistas brasileiros. A propósito desses problemas organizacionais, que ainda não foram solucionados, avaliamos intensamente a capacidade técnica dos especialistas da Agência Espacial e dos especialistas da INFRAERO, com quem é

[P26] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:25 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:



muito agradável trabalhar. Todavia, precisamos agora trabalhar com uma equipe única. Precisamos de dados técnicos sobre a área onde será instalada nossa base de lançamento. Acredito que os problemas que ainda existem quanto a esse aspecto de comunicação deverão ser solucionados após essa nossa audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - A Presidência agradece os esclarecimentos complementares ao Sr. Diretor da Agência Espacial da Ucrânia.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado André Costa.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ COSTA** - Obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais nada, agradeço os esclarecimentos ao representante da Agência Espacial Ucraniana. Minha maior preocupação — aliás, é da elite política do País desde meados do século XIX, com aquele malfadado acordo de fim do tráfico negreiro — é de exterminar da nossa cultura política o que há de resquício no tocante aos acordos “para inglês ver”. Ou seja, esta Casa tem a responsabilidade de identificar o nó da questão e extrair os obstáculos. Um deles foi apresentado pelo ilustre Deputado André Zacharow, cuja intervenção me deixou uma dúvida jurídica, porque, na leitura do acordo, verifiquei claramente que a *joint venture* é criada a partir do acordo, textualmente. Mas, enfim, de fato, é uma questão menor. Importante é que essa *joint venture* saia. A discussão, o debate sobre se é ou não interessante os acordos com os ucranianos tudo isso é importante. Acho até que é atemporal a explicação do técnico ucraniano. Isso já foi por demais salientado nos últimos anos. Temos aqui memorando, entendimento do Presidente Lula com o então Presidente Kutchma, da Ucrânia, claramente, acerca da cooperação técnica, da transferência da tecnologia. Ou seja, não foi mera verbalização, mas documento assinado.

Portanto, prolongar nesse debate perde um pouco o sentido. O nó da questão tem que ser rapidamente identificado: criação da *joint venture* e, mais claramente, o entendimento das autoridades militares, o entendimento sobre o aporte estratégico que todos nós fizemos: o Congresso, quando apreciou, e os diplomatas, quando trataram da elaboração do acordo. Enfim, se há o mesmo entendimento ou não. Acredito que isso deva ser resolvido no âmbito do próprio Governo. Mas é algo que me preocupa, de tudo o que foi salientado. As salvaguardas são necessárias, como bem explicou a Conselheira. Eu tive uma experiência diplomática em Kourou. Pude perceber a movimentação estratégica dos russos, que aqui estão falando claramente

[P27] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:26 Taq.:Carlos Eduardo Rev.:



que já dispõem de 3 bases de lançamento de satélites em seu próprio território, mais uma que alugam, a de Baikonur, no Kazaquistão, e agora uma quinta base, que seria a de Kourou. Quer dizer, não me consta que a Rússia, apesar de todo o seu potencial tecnológico, tão herdeira dessas maravilhas tecnológicas quanto a Ucrânia, da extinta União Soviética, disponha de tamanho fôlego para investir, da mesma forma, numa base quase ao lado em Alcântara, já que vem desenvolvendo a largo passo com os europeus ocidentais, em Kourou.

Quero salientar também que, apesar de a Ucrânia já ter recorrido ao financiamento externo para cumprir a sua parte no aperfeiçoamento da família Ciclone, em seu modelo Ciclone IV, esse dinheiro, ao meu ver, não é perdido, porque eu também acompanho, nesse jogo mais diplomático, o interesse dos americanos em lançar o Ciclone IV, em Miami, e dos russos em Baikonur, se não logramos êxito nessa parceria em Alcântara.

Então, daí a necessidade de revertermos, a curtíssimo prazo, esses obstáculos, sejam de ordem burocrática, administrativa, seja também de compreensão estratégica. Talvez não tenhamos superado ainda a questão que inclusive motivou a primeira minuta do acordo, a estratégica dos nossos principais atores aqui envolvidos. Sem esse acerto realmente dificilmente lograremos êxito.

E lembrando aqui as palavras do Deputado Zarattini, esse acordo estratégico pode-se estender a outras áreas, porque há uma complementaridade. Na semana passada estive com o Cônsul da Ucrânia, no Rio de Janeiro, e o Presidente da FIOCRUZ. O Presidente da FIOCRUZ demonstrou claro interesse em uma cooperação, semelhante a de Alcântara, na área de saúde, com o Ministério de Saúde ucraniano, que prevê também uma operação conjunta, para se explorar comercialmente a produção da insulina no Brasil, com transferência tecnológica da insulina para o Brasil. Por aí, vemos um leque de oportunidade que esbarra nesse carro-chefe maior, que é a cooperação espacial. E a geopolítica, por trás, nos colocou nesse fácil entendimento. Lembrou também o Deputado Zarattini, a revolução laranja, democrática, da Ucrânia nos últimos meses. Numa leitura geopolítica, ficou visível para a comunidade internacional que era um movimento não de ruptura, mas de construção de caminho próprio da Ucrânia fora da esfera direta da Rússia, de Moscou. Então, esse posicionamento da diplomacia ucraniana

[p28] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:27 Taq.:Celita Rev.:



também nos é interessante, porque também estamos numa política externa proativa do Governo Lula, que busca consolidar o MERCOSUL, a nossa posição estratégica em todo o hemisfério para resgatar o diálogo sul—sul, com vitórias importantes no âmbito econômico com a criação do G-20 e do G-3. Enfim, essa geopolítica nos colocou lado a lado com essa parceria ucraniana que não devemos perder do horizonte. Perdê-las significa perder um leque de oportunidades outras de comparação não só com os ucranianos, mas com os demais países que se encontram no mesmo desafio geopolítico que nós brasileiros e ucranianos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** - Perdoem-me, mas acho que esta audiência pública está sendo histórica tal a forma democrática como V.Exa. a conduz. Esta é uma oportunidade para a troca de informações com franqueza aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A explanação feita pelo Diretor da Agência Espacial Ucraniana demonstrou a meu ver um entusiasmo do setor técnico ucraniano para desenvolver essa cooperação com os seus pares brasileiros. E ele foi além. Ele queixou-se, e acho que até com justificadas razões, de que falta um pouco de contato, de mais diálogo da parte brasileira. Acho que podemos fazer alguma coisa para imprimir um ritmo diferente, uma dinâmica mais adequada.

Não obstante tudo isso, gostaria apenas de deixar uma colocação de natureza política — e não sei se já houve da parte do Governo ucraniano.

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, no seu art. 5º inciso I, diz claramente o seguinte:

*“Este acordo não permite, e o governo da Ucrânia proibirá, que os participantes ucranianos prestem qualquer assistência aos representantes brasileiros no concernente ao projeto e desenvolvimento de veículos de lançamento de equipamentos da plataforma de lançamentos, espaçonaves e/ou equipamentos afins”.*

Ou seja, ele é taxativo de que não haverá, estão proibidos os ucranianos de darem quaisquer informações aos brasileiros no que se refere a toda essa parte



tecnológica. Mas ele tem uma vírgula, que é importante: “A menos que tal assistência seja autorizada pelo governo da Ucrânia”.

E aqui indago ao Exmo. Sr. Embaixador, já tivemos ou temos probabilidade de ter essa autorização por parte do governo ucraniano?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ COSTA** - Gostaria só de fazer uma ressalva antes de passar a palavra ao ilustre embaixador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Com a palavra o Deputado André Costa.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ COSTA** - No art. 6º desse acordo, refiro-me ao de 2003 a ser publicado, tem um parágrafo bastante interessante a esse respeito, que diz:

*“Nenhuma instalação ou outra facilidade construída nos termos do presente tratado assegurará à parte ucraniana quaisquer direitos de propriedade ou de jurisdição sobre terra e infra-estrutura irremovível em qualquer parte do território da República Federativa do Brasil.”*

Era só para acrescentar essa salvaguarda da nossa soberania.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Com a palavra o eminente Embaixador da Ucrânia.

**O SR. YURI BOGAIEVSKY** (*Exposição em ucraniano.*)

**TRADUÇÃO** - O embaixador queria destacar que, quando se fala sobre cooperação na área espacial entre Ucrânia e o Brasil, sempre se infere que será uma cooperação de parceiros, de duas partes iguais. E o embaixador diz que algo sobre isso poderá ser adicionado pelo representante de Agência Nacional Espacial da Ucrânia.

**O SR. ALEXANDER SERDYUK** (*Exposição em ucraniano. Tradução simultânea.*) - Gostaria de complementar algo sobre o que estamos tratando nesse artigo do tratado.

O complexo de lançamento é criado no território do Brasil sob jurisdição brasileira. A Agência Espacial Brasileira irá emitir licenças para lançamentos.





Para que a agência possa conceder essas licenças à parte brasileira serão concedidas todas as informações técnicas sobre as condições do foguete. E a parte brasileira tem o direito de exigir todas as informações. E nós, sem dúvida, vamos fornecer todas essas informações porque o lançamento será feito a partir do território do Brasil. Da mesma forma como nós já passamos à parte brasileira todas as concepções tecnológicas e confirmamos do ponto de vista ecológico a sua segurança.

Gostaria de mencionar, por exemplo, que temos o projeto Sea Launch com a Boeing. O tratado foi assinado com o Brasil sobre salvaguardas tecnológicas. Mesmo acordo que assinamos com a parte americana, a Boeing, sobre as salvaguardas tecnológicas. Os senhores não encontrarão nenhuma diferença. É uma prática mundial. É a regra do jogo.

Na condição de parceiro, reitero aos senhores que não existe oportunidade melhor de cooperarmos. A Ucrânia não tem o seu centro de lançamento. Mas tem uma tecnologia missilística reconhecida em todo o mundo. São pessoas que dedicaram toda a sua vida à tecnologia de foguetes. Neste caso, coincidiram os interesses de ambos os países. O Brasil pode obter aquilo que aspira.

Gostaria de mencionar que todo o Programa Espacial da Ucrânia está orientado e com ênfase para o Projeto Ciclone IV. O nosso satélite geoestacionário planejamos lançá-lo a partir do Ciclone IV. O satélite de sensoriamento remoto, (*ininteligível*), pretendemos lançá-lo a partir do Ciclone IV. É claro que estamos prontos a receber encomenda de outros países para o lançamento.

Gostaria de mencionar que, em primeiro lugar, o Projeto Ciclone IV foi criado para atender aos programas nacionais espaciais do Brasil e da Ucrânia. Depois, justamente, estavam prontos a vender esses lançamentos para outros clientes que estivessem interessados em utilizá-los. Por que é tão importante criar a empresa binacional o mais rapidamente possível? O tempo de fabricação de foguete é de 1 ano e meio a 2 anos. Se quisermos ter encomendas de clientes para o ano de 2007, já devemos começar agora as negociações para assinar os acordos e já iniciar a fabricação dos foguetes.

Já previmos expor com um estande no salão internacional de aeronáutica de Le Bourget. Encomendamos uma área específica para um estande sobre o Projeto

[p29] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:29 Taq.:Denise Honda Rev.:



Ciclone 4. Temos de começar a fazer um trabalho de *marketing* junto aos possíveis clientes e utilizar esse material, que é o guia do usuário, que tem todas as características do foguete associados à sua área de lançamento.

Essas negociações com os possíveis futuros clientes deve ser realizada pela *joint venture*, que é a encarregada pelos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jairo Carneiro) - Esta Presidência agradece as manifestações complementares do nosso ilustre visitante, Sr. Alexander Serdyuk.

Passa para suas considerações finais, passo a palavra ao eminente Presidente da Agência Espacial Brasileira, Dr. Sérgio Gaudenzi.

**O SR. SÉRGIO MAURÍCIO BRITO GAUDENZI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, autoridades e companheiros de mesa, na primeira vez em que li, como o Deputado Pannunzio, fiquei também um pouco apreensivo. Depois verifiquei que todos esses acordos trazem mais ou menos essas cláusulas.

Aí percebi uma maior necessidade da *joint venture*. Com a *joint venture*, durante o desenvolvimento do trabalho, não há cláusula de acordo que não acabe passando, pois são engenheiros nossos e ucranianos trabalhando juntos aqui ou lá. Sempre se acaba pegando a tecnologia.

É preciso que se diga que ninguém gosta de ceder tecnologia. Temos de ser extremamente hábeis e inteligentes para captar tecnologia. Essa é também uma realidade.

Digo que temos tido um trabalho absolutamente conjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério da Defesa, da Agência Espacial com o Comando da Aeronáutica. Temos trabalhado passo a passo juntos em todo esse desenvolvimento, não só desse aspecto, mas de todo o programa espacial.

Diria que esse é um entendimento perfeito que temos, e temos trabalhado muito bem.

Temos a convicção de que esse acordo com a Ucrânia é muito importante. A agência dá um peso muito grande a esse acordo com a Ucrânia por tudo o que pode produzir. Não tenho dúvida alguma de que o nó da questão — o Deputado Zacharow foi preciso na sua colocação — está na criação da *joint*.

Até esse entendimento mais freqüente das 2 partes se dará quando criada efetivamente a empresa. No momento em que criada a empresa, referendada pelo

[P30] Comentário: Supervisor.:Yoko

[p31] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:30 Taq.:Denise Honda Rev.:



Congresso, porque terá de passar por aqui, aí, então, teremos as equipes trabalhando todo o tempo juntos. Dessa forma, vamos ter de trabalhar rapidamente, porque teremos de ir atrás dos clientes. Quer dizer, a *joint* irá atrás de clientes.

No nosso entendimento, o nó da questão está na indicação da empresa, na nossa concepção, a INFRAERO, para participar da *joint* e para acelerar um processo que foi até onde podia ir, mas que infelizmente não mais avançará se não tivermos a criação da *joint venture*.

Agradeço a convocação que recebi da Comissão e do eminente Presidente, Deputado Aroldo Cedraz, meu velho amigo e companheiro de tantas tarefas, e quero dizer da minha enorme satisfação de retornar a esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Esta Presidência informa ao Plenário que há um assunto de urgência a ser tratado nesta Casa.

Hoje foi simplesmente uma reunião de audiência pública. Entendemos que as audiências públicas contribuem não só para que possamos tomar conhecimento dos diversos tratados, acordos que são feitos entre o Brasil e vários países, principalmente nessa área aeroespacial em que há outros acordos, mas esta Presidência sente-se feliz por ver aqui discussões de tão alto padrão e também de tamanha profundidade em relação a assuntos de interesses relevantes para o País.

Ao agradecer as manifestações dos ilustres convidados, dos companheiros brasileiros e também da presença honrosa do Sr. Embaixador da Ucrânia no Brasil e do Diretor da Agência Espacial, esta Presidência, antes de encerrar os trabalhos da reunião de audiência pública, solicita aos Srs. Parlamentares que permaneçam por mais alguns curtos minutos em plenário, a fim de que possamos deliberar rapidamente sobre assunto que consideramos de urgência para esta Casa e para o País.

Entendemos que, por meio desses debates aqui travados, vamos poder dar nossa contribuição enquanto Câmara dos Deputados, enquanto Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Que essas transferências de tecnologias continuem a ocorrer cada vez mais intensamente e que essas parcerias com países como a Ucrânia se fortaleçam e sejam agilizadas também no âmbito do Poder Executivo, como aqui na Câmara dos Deputados.

Agradeço a todos a ilustre presença.



Ao encerrar os trabalhos, convoco os senhores membros da Comissão para uma reunião seguinte, extraordinária — agora são 12h52min —, exatamente às 12h53min, para uma deliberação importante nesta Casa. S.Exas. estão convocados também para uma reunião ordinária deliberativa, na próxima quarta-feira, dia 13, às 10h, neste plenário.

Está encerrada a presente reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Aroldo Cedraz) - Solicito ao eminente Deputado e Vice-Presidente, Deputado Jairo Carneiro, que assuma a Presidência da reunião extraordinária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jairo Carneiro) - Havendo *quorum* regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião extraordinária da Comissão de Relações Exteriores.

Concedo a palavra ao Deputado Aroldo Cedraz.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** - Sr. Presidente, temos uma situação de certo modo emergencial, com o desaparecimento no Iraque de um cidadão brasileiro, fato que é do conhecimento público há muitos dias. Apresento-a, no dia de hoje, para que esta Comissão demonstre não só à Casa, ao Presidente Severino Cavalcanti, mas também à Nação brasileira as preocupações que temos no tocante à situação de brasileiros no exterior.

Peço vênua aos meus colegas e a V.Exa. para submeter à apreciação do Plenário o requerimento que ofereço, do seguinte teor:

*“Submete à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional moção em apoio à libertação do engenheiro João José de Vasconcellos Júnior, seqüestrado no Iraque em 19 de janeiro de 2005.*

*Sr. Presidente:*

*Requeiro seja feita moção em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em apoio à libertação do engenheiro João José de Vasconcellos Júnior, seqüestrado no Iraque desde 19 de janeiro.*

*Encaminho, para tanto, proposta anexa, para ser submetida à deliberação deste Colegiado.*

[p32] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:31 Taq.:Denise Honda Rev.:



*Sala das sessões, em 5 de abril de 2005.”*

Sr. Presidente, passo à leitura das nossas justificativas:

“A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em face do seqüestro do engenheiro João José de Vasconcellos Júnior, ocorrido dia 19 de janeiro deste ano, na cidade de Beiji, no Iraque, enquanto trabalhava na reforma de usina termelétrica, e

CONSIDERANDO que se trata de cidadão brasileiro que prestava serviços a empresa brasileira no exterior,

CONSIDERANDO que cabe ao Estado brasileiro prestar assistência e proteção aos seus nacionais que estejam fora do País,

CONSIDERANDO que o povo brasileiro repudiou, com veemência, a invasão do Iraque, promovendo contundentes manifestações contra a ocupação daquele país,

CONSIDERANDO o caráter violento e hediondo do crime de seqüestro,

CONSIDERANDO a comoção que o seqüestro causou no País,

CONSIDERANDO que a prevalência dos direitos humanos é princípio constitucional do Estado brasileiro nas relações internacionais,

CONSIDERANDO a tradição pacifista brasileira que norteia a conduta do nosso País nas relações internacionais,

CONSIDERANDO os tradicionais laços fraternos que unem o povo brasileiro aos povos árabes,

CONSIDERANDO o convívio fraterno de mais de 10 milhões de árabes e seus descendentes em nosso País, como parte integrante da nossa sociedade e da nossa cultura,

CONSIDERANDO as incontáveis manifestações populares e os esforços do Governo brasileiro em defesa da paz na região,

**RESOLVE:**

- 1) manifestar sua plena solidariedade à família do engenheiro João José de Vasconcellos Júnior;
- 2) assumir o compromisso de envidar todo os esforços ao seu alcance, no sentido de se obter a libertação do nosso compatriota;



- 3) reafirmar sua crença de que o bom senso prevalecerá, com o retorno do brasileiro à sua Pátria e à sua família;
- 4) reafirmar e respaldar o compromisso do Estado brasileiro e da diplomacia brasileiros, no sentido de colaborar para que uma paz duradoura e solidária possa se estabelecer na região.”

Sr. Presidente, faço questão de frisar o empenho de eminentes colegas que fazem parte da nossa Comissão, como os ilustres Deputados Júlio Delgado, Paulo Delgado e João Herrmann Neto, os quais, pessoalmente, têm se envolvido em providências junto ao Itamaraty, às demais autoridades brasileiras e internacionais, inclusive com deslocamentos pessoais, a fim de que possamos dar nossa contribuição a esse episódio.

Portanto, faço este requerimento em nome de todos os companheiros da Comissão, de V.Exa. e também dos ilustres Deputados citados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jairo Carneiro) - Antes de colocá-la em discussão, peço a V.Exa. que esclareça a quem deve ser dirigida esta moção.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** - Entendo que deva ser dirigida ao Governo brasileiro e ao Itamaraty.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jairo Carneiro) - Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira fazê-lo, coloco-o em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado à unanimidade da Comissão.

**O SR. DEPUTADO AROLDO CEDRAZ** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jairo Carneiro) - Ao encerrar os trabalhos, convoco reunião para a próxima quarta-feira, às 10h.

Está encerrada a reunião.

[p33] Comentário: Sessão:0301/05  
Quarto:32 Taq.:Denise Honda Rev.: